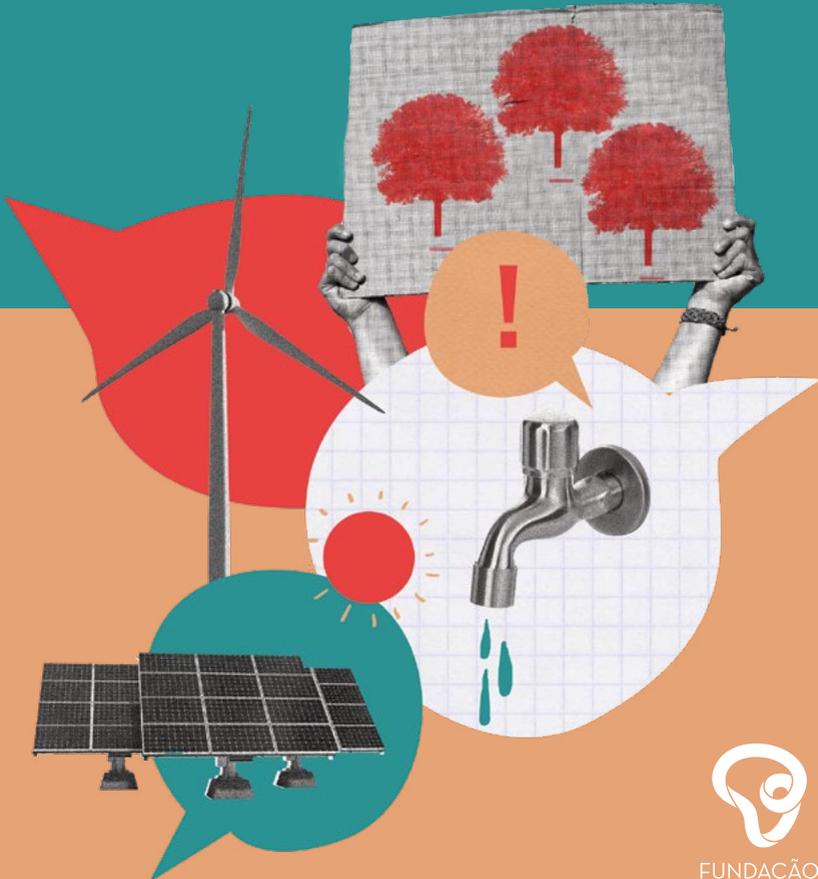


MURIEL SARAGOUSSI

O QUE ESPERAR DA COP 28



FUNDAÇÃO
REDE
BRASIL SUSTENTÁVEL

Fundação Rede Brasil Sustentável

Ficha técnica / catalográfica:

Ano: 2023

Título: O que esperar da COP 28

Autora: Muriel Saragoussi

Diagramação: Julia Lima - Laura Levín



Gestão TRIÊNIO 2021-2024

Presidente da Fundação: Zé Gustavo

Diretor Administrativo - Financeiro: Tácius Fernandes

Diretor de Formação: Alan Dubner

Diretora de Estudos e Pesquisas: Marcela Moraes

Diretora de Comunicação e Tecnologia Social e Digital: Vanda Witoto



Este é o selo editorial da Fundação Rede Brasil Sustentável, que irá acompanhar as nossas publicações, livros e editoriais. A canoa simboliza a travessia e nossa jornada em busca do aprofundamento teórico e da qualificação do debate público.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

INTRODUÇÃO:

O que esperar da COP 28

Autora: Muriel Saragoussi 7

ANEXO I

Quadro Geral com informações sobre os principais textos em discussão na cop 28 e as ambições que gostaríamos de ver 15

ANEXO II

Dicas práticas para participantes da Sociedade Civil na COP 29

Referências bibliográficas 33

O que esperar da COP 28

Organizadora: Muriel Saragoussi. Engenheira Agrônoma, Docteur Ingénieur em Fisiologia Vegetal, opção Melhoramento de Plantas. Trabalhou na Academia, no Terceiro Setor, em cargos de alta responsabilidade do Governo Federal e da Câmara dos Deputados. Fez parte do grupo de atores sociais que ajudou a construir a Eco 92, início do ciclo das grandes conferências das Nações Unidas com ampla participação social. Ativista socioambiental, hoje se dedica à intergeracionalidade, focando na troca de experiências e informações com as gerações mais jovens, na esperança de que eles possam voar mais alto, melhor e diferente rumo à sustentabilidade.



APRESENTAÇÃO

Há décadas, cientistas vêm alertando para os riscos das mudanças climáticas causadas por gases do efeito estufa. O documento histórico que apresenta a discussão é o relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987. Desde lá, vários encontros internacionais têm sido organizados para que estudos sejam desenvolvidos e negociações multilaterais entre países ocorram com o foco na redução da emissão destes gases. No entanto, a complexidade dos interesses econômicos e geopolíticos impõem barreiras robustas à efetiva concretização de metas para descarbonização.

A Fundação Rede Brasil Sustentável, imbuída da responsabilidade histórica de amplificar os conhecimentos sobre os acordos multilaterais, apresenta à sociedade dois textos de autores, com trajetória reconhecida na atuação do campo socioambiental, para reflexão e atuação em prol da redução do impacto das mudanças climáticas.

O primeiro texto, do professor Rubens Harry Born, apresenta uma perspectiva histórica das negociações diplomáticas sobre clima com a demarcação dos grandes marcos e conceitos que foram formando a discussão em nível internacional, assim como a importância do Brasil em tal debate.

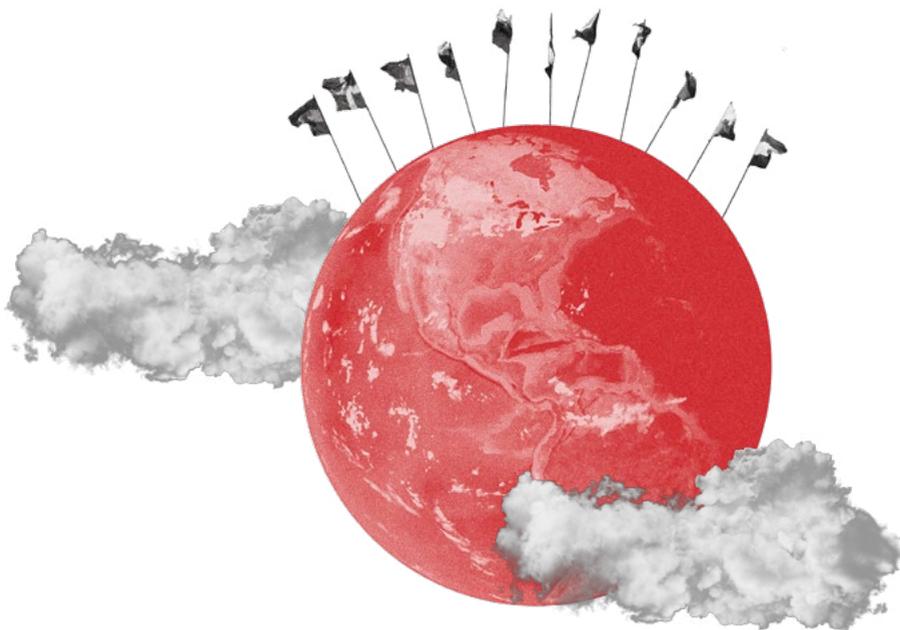
Muriel Saragoussi, histórica militante socioambientalista, apresenta no segundo texto as expectativas em relação à controversa COP 28, que ocorrerá em Dubai, cidade símbolo do progresso econômico baseado em combustíveis fósseis, em um contexto de 2023, ano mais quente da história de nossa civilização.

A emergência climática que enfrentamos é um fato, alertado, narrado e evidenciado por cientistas de todos os lugares do planeta há décadas. É imperativo ampliar a consciência e conhecimento sobre a necessidade de repensar nossas estratégias de desenvolvimento e forçar os países a assumirem metas agressivas de mudanças de comportamento, inclusive na compreensão das interfaces entre a agenda climática e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Com profunda gratidão à generosidade dos autores que compartilharam seus conhecimentos e experiências, a Fundação Rede Brasil Sustentável deseja que essas páginas sejam fonte de inspiração e motivação para todas as pessoas que buscam um mundo socialmente justo, economicamente próspero, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável.

Zé Gustavo

Presidente da Fundação



1.

INTRODUÇÃO: O QUE ESPERAR DA COP 28

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, assinada durante a Eco92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável) é no mínimo abrangente nos temas e medidas que deveriam sustentar sua implementação. Em outras palavras, depende de regulamentação para ser aplicada.

A Conferência das Partes – COP, órgão supremo da Convenção, foi pensada para facilitar este processo. Ela reúne os 195 países signatários e tem poderes para emendar a Convenção, tomar as decisões necessárias para promover a sua efetiva implementação e a responsabilidade de examinar seus avanços e a implementação dos instrumentos jurídicos por ela adotados.

A Convenção de Clima tem dois órgãos subsidiários: o de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA), para prestar informações e assessoramento sobre assuntos científicos e tecnológicos relativos à Convenção; e o de Implementação (SBI) para auxiliar a Conferência das Partes na avaliação e cumprimento efetivo da Convenção. Além deles, tem um número crescente de programas e grupos de trabalho, comitês e planos de ação, e principalmente protocolos, pactos e acordos que a complementam, entre os quais o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris.

Durante as COPs, altos representantes diplomáticos dos Estados-Partes e, cada vez com mais frequência, presidentes ou primeiro/a ministro/as, se encontram, avaliam os avanços da Convenção, referendam as decisões e recomendações dos seus órgãos subsidiários e outras estruturas, e buscam novos acordos, sob os olhares atentos e a pressão da sociedade civil, de representantes, entre outros, de jovens, mulheres, povos indígenas, trabalhadores, do setor privado com fins lucrativos e da opinião pública mundial.

No mesmo período das COPs, acontece a “Conferência das Partes servindo como Encontro das Partes do Acordo de Paris” – CMA, que toma decisões que apoiam a implementação deste Acordo.

A COP 28 irá discutir e tomar decisões sobre temas relacionados aos três acordos que formam o Regime do Clima: a própria Convenção, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris. Os grandes temas atualmente em debates são quatorze, a saber: Mitigação; Adaptação; Mercados de Carbono; Financiamento Climático; Perdas e Danos; Transparência, Balanço Global; Compliance (conformidade, prestação de contas); Gênero; Capacitação Técnica; Ação para Empoderamento Climático (conscientização); Transferência de Tecnologia; Medidas de Resposta; e Transição Justa.

Estes temas serão às vezes tratados em mais de um momento nos 15 dias que dura a COP, pois eles podem se repetir dentro de mais de um documento em negociação: serão ao todo 126 itens de agenda, em mais de 100 páginas de documentos, com reuniões formais e informais, abertas, fechadas (ou mesmo secretas), recepções e corredores, acontecendo em paralelo e muitas vezes noite adentro, e isso sem falar de todos os eventos paralelos organizados por todos os setores de todos os países presentes na COP.

AS PERGUNTAS QUE NÃO QUEREM CALAR

“Nesta nova fase de implementação do Acordo de Paris, as conversas passam a ficar reais e difíceis: o que fazer com NDCs¹ que não funcionam para o nível de ambição necessário? Quem vai pagar a conta da implementação do Acordo de Paris? Como equilibrar justiça climática e ambição climática? Como reparar o sofrimento dos mais vulneráveis? Essas são as discussões que estão no pano de fundo das negociações, e que farão desta COP 28 uma verdadeira sessão coletiva de terapia!”

(RUMO À COP. GUIA DE BOLSO PARA ENTENDER AS NEGOCIAÇÕES DO CLIMA. EDIÇÃO COP 28. LACLIMA - Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action / Observatório de Paris. 2023. 48p)

¹ Contribuições Nacionalmente Determinadas: metas escolhidas por cada país de forma autônoma.

A delegação oficial do Brasil voltará a ter a participação de um conjunto de atores da sociedade brasileira: representantes de Governos Estaduais e Municipais, Sociedade Civil Organizada (por exemplo: Sindicatos, ONGs, Institutos, representantes da Agricultura Familiar e Camponesa), Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais, Setor Empresarial (por exemplo: Mineradoras, Agronegócio, Empresas Produtoras de Energia – limpas ou não), Igrejas, Cientistas, Órgãos de Imprensa, entre outros.

Além dos eventos das negociações nos quais a Delegação participará, sabemos que: o setor empresarial buscará apresentar suas iniciativas “verdes” ou “de baixo carbono”, por exemplo de reflorestamento ou de produção de hidrogênio verde; o Consórcio de Governadores da Amazônia organizará várias atividades; a Sociedade Civil e os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais realizarão e participarão de debates e mesas redondas, às vezes com parceiros internacionais, outras organizadas somente por brasileiros.

Centenas de jornalistas cobrem a COP e oportunidades de entrevistas não faltarão, tanto sobre os assuntos da própria COP, as negociações, dados apresentados em eventos paralelos, quanto sobre o que está acontecendo no Brasil quase ao mesmo tempo.

Também estarão presentes muitos dos órgãos que financiam as questões e atividades da agenda climática, desde o Banco Mundial, o BID, o GEF, o BNDES e outros bancos de desenvolvimento, até as Fundações privadas e todas as ONG Internacionais que atuam na área. Eles costumam organizar eventos paralelos para apresentar suas estratégias e resultados.

Com tantas atividades simultâneas, como escolher o que fazer e como se manter informado sobre o que está acontecendo? (Veja no Anexo II algumas dicas práticas para os participantes).

As estratégias de negociação dos documentos oficiais se dão na maioria das vezes por blocos de países com interesses que caminham (razoavelmente) na

mesma direção. Eles procuram (1) reafirmar os avanços em direção aos seus interesses conseguidos em outras negociações e tratados internacionais, expandindo o impacto destes avanços; (2) não permitir a aprovação de linguagem que diminuam suas vantagens / ganhos como país ou bloco; (3) aprovar linguagem e conceitos que ampliem suas vantagens / ganhos que eles irão depois reforçar em outros documentos internacionais.

POR QUE TANTA BRIGA EM TORNO DE UMA VÍRGULA?

Muitas palavras e expressões utilizadas nos documentos negociados são referências a outros tratados e convenções internacionais que as definem. Por exemplo: “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, que quer dizer que todos devemos diminuir e eliminar os gases de efeito estufa da atmosfera, MAS que os países desenvolvidos estão lançando GEEs na atmosfera há mais tempo e, portanto, têm um passivo maior. Assim, devem diminuir sua contribuição nas emissões globais mais rápido que os outros e/ou pagar para permitir a adaptação e mitigação nos outros países, além de transferir tecnologia.

Também podem expressar expectativas muito diferentes, por exemplo: quando se fala em “Transferência de Tecnologia”, os países desenvolvidos leem “abertura de mercados para seus produtos tecnológicos, sempre protegidos por patentes e propriedade intelectual” e os países em desenvolvimento² gostariam de ler “acesso livre e gratuito a novas tecnologias que ajudem a mitigar os impactos da mudança climática”...

É possível identificar estas expressões que remetem a um significado maior do que a soma das palavras que as compõem. Quando os blocos negociadores estiverem colocando parênteses e colchetes no texto para indicar que ainda não há consenso, se digladiando aparentemente por uma vírgula, você quase sempre estará frente a uma delas.

GRUPOS DE PAÍSES COM OS QUAIS O BRASIL TRADICIONALMENTE SE ARTICULA NAS NEGOCIAÇÕES DA ONU

O Brasil participa do Grupo dos 77 + China, que são os países chamados “em desenvolvimento” do Sul Global mais a China, que hoje reúne uma centena de países. Além disto, está no G20 (grupo dos países que reúnem os maiores PIBs do mundo, incluindo os blocos regionais da União Europeia e da União Africana), no BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), no BRICS (BASIC + Rússia), no ABU (Argentina, Brasil e Uruguai, sendo que existem discussões para a entrada do Paraguai no mesmo). Também é um país do grupo dos megadiversos (Biodiversidade).

Mas e a Mudança Climática? Onde fica neste cenário? Pois é, fica subsumida por trás dos interesses individuais dos países e blocos. É claro que todas as falas estão relacionadas aos objetivos da Convenção, e sim, tem muitos diplomatas e países genuinamente preocupados com as consequências da mudança climática, em especial aqueles países mais vulneráveis, mas a obrigação primeira dos negociadores é zelar pelos interesses de seus países.

É aí que entram as pressões da sociedade: para que o interesse de poucos não se sobreponha aos interesses de todos os outros, e, no caso, da própria so-

2 Nota: utilizamos aqui as expressões “países desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” conforme o seu uso nos documentos das Nações Unidas e das COPs para facilitar o entendimento dos mesmos. Registramos as restrições que temos à elas, já que, para nós, não existe um modelo único, unidirecional, de desenvolvimento e as métricas utilizadas são pobres para refletir o que seria um desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

breviência da humanidade e da vida tal qual a conhecemos, temos de fazer MUITA pressão sobre os negociadores.

Precisamos ter em uma mão texto com redações mais ambiciosas para sugerir e na outra memes, ações diretas, prêmios às avessas (estilo “miss motossera”), conversas de corredores, denúncias nos meios de comunicação e muita articulação da sociedade civil e de quem mais ela puder arrastar junto consigo – atores, personalidades públicas, influenciadores, o Papa, todes!

Precisamos de muita articulação e capacidade de intervenção rápida. A sociedade civil é múltipla e complexa em seus interesses e práticas. Em vez de perder um tempo precioso desmontando a prática e prioridades dos outros, busquem prioritariamente articular as diferentes práticas para mobilizar e empurrar para um nível de maior ambição todos os documentos possíveis porque o tempo está ficando cada vez mais curto.

Na Tabela do anexo I, fizemos um quadro geral dos principais textos sendo negociados na COP28 e o quais poderiam ser resultados com mais ambição para cada um deles. Queremos, no entanto, ressaltar aqui alguns pontos.

>> Combustíveis fósseis Esse é de longe o maior vetor de emissões de GEEs do planeta **seu uso precisa diminuir drástica e rapidamente**, sob pena de ultrapassarmos os 20C muito em breve.

O Presidente da COP, Dr. Sultan Ahmed Al Jaber, ex CEO da Abu Dhabi National Oil Company (ADNOC), quer anunciar durante a COP um acordo voluntário de empresas produtoras de petróleo para diminuir suas emissões nos processos de extração do óleo. Em resumo, seria uma bela embalagem para frascos de veneno: não resolve em NADA o problema das emissões da queima destes combustíveis. Outro documento, também proposto pela presidência da COP, fala sobre a aceleração da transição energética. O texto aposta no aumento da disponibilidade de energia limpa, em maior eficiência energética, eliminação progressiva do carvão, fim dos subsídios aos combustíveis fósseis

“inabaláveis” (isto é, aqueles queimados sem a utilização de tecnologias para capturar as emissões), melhoria nas tecnologias de transmissão e armazenamento, entre outros. O compromisso reconhece diferenças de circunstâncias entre os países e necessidade de financiamento.

Ainda sobre o tema, o Brasil está propondo a aumentar sua produção de petróleo, “para financiar a transição energética”, o que é um contrassenso. Nosso governo precisa entender que é urgente DIMINUIR o petróleo disponível para ser queimado aqui e em todo o planeta sob pena de não haver futuro para o qual transicionar.

>> Florestas e Sociobiodiversidade Desmatamento e mudança do uso do solo são os maiores vetores de emissões de GEEs do Brasil, seguido pela queima de combustíveis fósseis. O Brasil precisa e pode liderar pelo exemplo no combate ao desmatamento e uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade. Devemos ter metas ambiciosas naquele que é nosso maior problema, o que nos dará moral para cobrar dos países desenvolvidos e dos maiores emissores de GEE metas e ações ambiciosas nos quesitos que são seus próprios maiores vetores de emissão – EUA, UE, Japão e Rússia, nas emissões por uso de derivados de petróleo e a China pelo uso do carvão vegetal, por exemplo. Para termos um sucesso duradouro, os investimentos nos produtos da sociobiodiversidade, a versão da bioeconomia que se faz obrigatoriamente associada aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, devem se multiplicar e devem chegar nas comunidades.

>> Brasil - um país solidário e generoso Nas negociações internacionais, os diplomatas sempre procuram defender os interesses do país mesmo quando em detrimento do interesse da humanidade. Seria um sopro de ar fresco se o Brasil desse o exemplo de uma diplomacia em favor da sobrevivência da humanidade – pode parecer ingênuo, mas talvez a urgência e a emergência na qual nos encontramos justifiquem uma mudança radical de atitude.

ANEXO 1.

QUADRO GERAL COM INFORMAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS TEXTOS EM DISCUSSÃO NA COP 28 E AS AMBIÇÕES QUE GOSTARÍAMOS DE VER

ONDE / O QUE	INFORMAÇÕES E EXPECTATIVAS	AMBIÇÃO: O QUE GOSTARÍAMOS DE TER
SEGMENTO DE ALTO NÍVEL (dias 1, 2 e 9)		
<p>Declarações de Chefes de Estado ou Governo (dia 1/12) e de grupos/ blocos ou partes que ainda não tenham falado (dia 9/12)</p>	<p>Apelos pela Paz e o fim dos conflitos armados, os eventos extremos e seus impactos sobre os mais vulneráveis e cobranças de apoio aos mais vulneráveis. Muitas justificativas e apresentações de avanços tímidos. Pedidos de financiamento. Os Blocos irão demarcar posições.</p>	<p>Falas menos ambíguas e anúncios de compromissos sérios como por exemplo metas mais ambiciosas de NDCs e de financiamento.</p>
<p>Eventos organizados pela Presidência da COP onde países são chamados a liderar discussões temáticas</p>	<p>Chamada a países, sociedade e setor privado para agirem, criarem e implementarem políticas, apoiarem e financiarem iniciativas baseadas na ciência, na natureza e nos conhecimentos de Povos Indígenas e de Comunidades Tradicionais.</p> <p>Anúncios de compromissos do setor privado e quem sabe de algum governos.</p> <p>Reconhecimento mais explícitos do papel de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no combate e mitigação das mudanças climáticas</p>	<p>Os campeões do multilateralismo dão o tom para que seus negociadores sejam mais ambiciosos mesmo em temas que não favorecem seus países, por exemplo: o Brasil anuncia firmemente seu compromisso contra o desmatamento não só da Amazônia, mas também de outros biomas e a diminuição simultânea do uso de combustíveis fósseis.</p>

CMA E COP28

BALANÇO GLOBAL DO ACORDO DE PARIS

<p>Balanço Global do Acordo de Paris</p>	<p>O Relatório resultado dos diálogos técnicos conduzidos até agora traz conclusões que parecem óbvias e muito acertadas, tais como: o Acordo de Paris ajudou a criar um movimento em direção à adaptação e mitigação para as mudanças climáticas mas ainda precisamos urgentemente ampliar nossas ambições de emissão dos GEEs, apoiar financeiramente e tecnicamente os mais vulneráveis, modificando todos os sistemas de produção, envolvendo todos os atores e cuidando para que a transição se faça de forma justa e não deixe ninguém para trás.</p> <p>Os países vão trabalhar para enfraquecer certas linguagens, evitando palavras que enfraqueçam seus interesses nacionais (por exemplo a venda de produtos ou tecnologias) e fortalecendo suas vantagens comparativas e poder em relações multi ou bilaterais.</p> <p>A meta global de não chegarmos a 1,5oC está longe de ser alcançada e estamos mais perto de 2oC</p> <p>A tendência é que uma versão mais suave do relatório seja aprovada.</p>	<p>O Brasil trabalha dentro e junto com os Blocos aos quais pertence para aprovar a versão atual do Relatório ou uma versão com linguagem ainda mais forte.</p> <p>Anúncios de NDCs mais ambiciosas.</p>
--	--	--

ADAPTAÇÃO

<p>Programa de Trabalho de Glasgow-Sharm el-Sheik sobre o Objetivo Global de Adaptação</p>	<p>O relatório sobre as quatro oficinas previstas no Programa para 2023 será primeiro analisado pelos SB que vão recomendar um projeto de decisão para deliberação da CMA.</p> <p>A deliberação deveria incluir: condições facilitadoras ou meios de implementação, metas globais e, para os elementos do objetivo global de adaptação, metas, indicadores e métricas específicas ou prioridades de adaptação, e, quem sabe, proposta para o acompanhamento.</p> <p>A ABU e em parceria com a AILAC (Aliança Independente da América Latina e Caribe) submeteu uma proposta para avaliação dos SB. Nela, metas e indicadores de adaptação Global teriam por base processos já existentes (por exemplo os ODS) e as decisões nacionais seriam definidas por cada país.</p> <p>Foi disponibilizado um registro público das Comunicações de Adaptação dos países na página da Convenção.</p>	<p>A proposta ABU+AILAC é interessante para o processo global, quando propõe não reinventar a roda, no entanto, também repete a questão de NDCs (que é o que temos acordado por enquanto) que sabemos serem insuficientes para atingir as metas globais de redução de emissões.</p> <p>Definição de uma contribuição mínima para todos os países, com base em conjuntos de indicadores, permitindo-se aos países terem mais ambição do que esse mínimo, ou seja, sendo a NDC maior do que a contribuição mínima, vale a NDC. A soma das contribuições mínimas deveria ser no mínimo o total necessário para não passarmos do 1,5o C.</p>
--	---	--

<p>Programa de Trabalho de Nairóbi sobre Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação à Mudança do Clima</p>	<p>O Programa impulsiona o Centro de Conhecimento para Ação da UNFCCC para a Adaptação e Resiliência Climática (+ de 400 parceiros) e criou o Portal de Conhecimento sobre Adaptação.</p> <p>O plano de trabalho de 2022-23 aborda os temas de agricultura e segurança alimentar, florestas e pastagens, oceanos e áreas costeiras.</p> <p>Um relatório documentando o progresso, boas práticas e desafios na implementação das atividades em colaboração com organizações parceiras e especialistas será apresentado.</p> <p>Os próximos passos para o programa serão apresentados.</p>	<p>É um dos instrumentos para favorecer o compartilhamento de informações e experiências sobre adaptação, no entanto precisaria ser acompanhado de recursos para a implementação das mesmas, em especial para os países mais vulneráveis e em desenvolvimento.</p>
<p>Grupo de Trabalho de Facilitação (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas</p>	<p>Os objetivos da Plataforma são promover trocas de experiências e boas práticas para uma abordagem holística das mudanças climáticas; desenvolver capacidade de envolvimento; e reunir formas de conhecimento para conceber e implementar políticas e ações climáticas.</p>	<p>É um dos instrumentos para favorecer o compartilhamento de informações e experiências sobre adaptação, no entanto precisaria ser acompanhado de recursos para a implementação das mesmas junto aos Povos Indígenas e às populações mais vulneráveis.</p>
<h2 style="background-color: #008080; color: white; padding: 5px;">MITIGAÇÃO</h2>		
<p>Programa de Trabalho de ambição e implementação de Mitigação de Sharm el-Sheikh</p>	<p>O primeiro relatório do programa foi preparado a partir de dois Diálogos e um Evento. O 1o Diálogo Global foi sobre a aceleração da transição energética justa, em particular abordando energia renovável, matriz e armazenamento energético; eficiência energética; captura e utilização de carbono/armazenamento. O Evento focou nas questões de investimento para financiar a mitigação. O 2o Diálogo discutiu a aceleração da transição justa nos sistemas de transporte, ou seja, implantação e mudança para modos de transporte coletivos e não motorizados; eficiência energética e de recursos; eletrificação de veículos; e combustíveis com baixo e zero carbono.</p> <p>Os Órgãos Subsidiários (SB) vão, durante a COP, avaliar o progresso da implementação do programa de trabalho: principais achados, oportunidades e desafios, com base nesses relatórios e preparar uma proposta de decisão.</p> <p>A CMA 5 deverá considerar o relatório anual preparado pelo Secretariado da COP e a proposta de decisão.</p>	<p>Metas nacionais ou NDCs revistas com metas mais ambiciosas de redução de uso de combustíveis fósseis, aumento do uso de energias renováveis e de eficiência energética.</p> <p>Pacotes de financiamento e de assistência técnica.</p> <p>Aceleração de prazos.</p> <p>Políticas, projetos ou apoio a programas internacionais ou bilaterais.</p>

TRANSIÇÃO JUSTA

<p>Programa de Trabalho sobre Transição Justa - Mesa-redonda ministerial de alto nível sobre Transição Justa</p>	<p>Apesar de, em teoria, esse Programa abranger todos os setores, a área que mais avançou foi a de transição energética, ficando de lado, por exemplo, os setores de agricultura, transporte ou florestal. Houve, ao longo dos últimos anos, uma progressão no entendimento do que seria uma Transição Energética Justa, passando de uma visão puramente associada aos empregos e trabalhadores diretos do setor de combustíveis fósseis para englobar toda a cadeia associada à essa produção e também para envolver e redirecionar os financiamentos públicos, privados e da filantropia.</p> <p>A mesa ministerial deverá deliberar sobre os elementos que integrarão o Programa, inclusive as considerações gerais; objetivos; escopo; arranjos institucionais; e modalidades de atuação, que ainda estão em debates pelos SB.</p>	<p>Entendimento abrangente do que está no programa mantido.</p> <p>Ver o Brasil ser campeão na adoção sustentável de novas fontes de energias limpas, ou seja, a adoção está associada a processos que previnam sua transformação em vetores de desmatamento e destruição de vegetação nativa ou ainda de expulsão de comunidades tradicionais e agricultores/as familiares.</p>
--	--	--

FINANCIAMENTO

<p>Comitê Permanente de Finanças e metas de financiamento para a adaptação.</p>	<p>A partir das propostas dos SB, a CMA fará a segunda revisão das funções do Comitê Permanente, e analisará o relatório do Comitê sobre a duplicação do financiamento para adaptação (que já sabemos não foi nem de longe alcançado)</p>	<p>Brasil liderando pelo exemplo, repassando de forma voluntária conhecimentos tecnológicos associados à adaptação no mínimo aos países da Bacia Amazônica, promovendo intercâmbios entre comunidades e perdoando as dívidas dos países mais vulneráveis em troca de investimentos em adaptação pelos mesmos.</p> <p>Apoio solidário do Brasil às demandas dos países mais vulneráveis nas negociações.</p>
<p>Financiamento climático</p>	<p>Discussão dos relatórios resumidos sobre os workshops realizados e as comunicações bienais</p> <p>Os montantes prometidos pelos governos não foram alcançados nem de perto.</p> <p>Espera-se mais contabilidade criativa, lastreada nos eventuais compromissos do setor privado.</p>	<p>Algum dinheiro novo e não atrelado a abertura de mercados ou ao controle político/econômico dos países em desenvolvimento, em especial na África onde os países colonizadores / credores de dívidas usam seu controle dos financiamentos para garantir o voto e o apoio dos governos locais às suas propostas mais diversas, na convenção ou outros fóruns.</p>

<p>Novo Objetivo Quantificado Abrangente sobre Financiamento</p>	<p>A meta coletiva quantificada previa um piso de 100 bilhões de dólares por ano, antes de 2025, tendo em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento, considerando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza, com apoio a iniciativas com baixas emissões de GEEs e um desenvolvimento resiliente às alterações climáticas. Agora estão se discutindo novas metas.</p> <p>Ainda está em disputa o entendimento se elas serão adicionais ou se vão substituir as anteriores.</p> <p>Diálogos Técnicos de Especialistas estão sendo realizados em torno de um escopo muito amplo, sem resultados interessantes por enquanto.</p> <p>A ideia é que este novo objetivo entre em discussão na COP 29.</p> <p>- Espera-se chegar a: avanços na compreensão compartilhada da meta; uma orientação dos trabalhos em 2024.</p>	<p>Ter no mínimo um roteiro claro para se chegar a resultados acordados na COP 29 já seria um avanço, mas existem diferenças conceituais grandes e pouca vontade dos países desenvolvidos e instituições financeiras de mudar o quadro no qual se dão as negociações financeiras, diminuindo assimetrias e lucros.</p> <p>Evitar que os novos objetivos apaguem as dívidas de financiamento ainda não cumpridas.</p> <p>Evitar mais contabilidade criativa, incluindo nos compromissos que deveriam ser dos governos os investimentos do setor privado, da filantropia e outros.</p>
PERDAS E DANOS		
<p>Mecanismo Internacional de Var-sóvia para Perdas e Danos associados aos impactos da mudança do clima</p>	<p>Relatório do Comitê Executivo do Mecanismo trará o resultado de suas reuniões de 2023, bem como o seu progresso e recomendações para a implementação do segundo plano de trabalho quinquenal, em andamento.</p> <p>Os SB irão analisar o relatório e recomendar uma proposta de decisão para a CMA e/ou COP.</p> <p>A CMA definirá a sede da Rede de Santiago e elegerá os membros do seu Conselho Consultivo.</p> <p>Novos acordos de financiamento para ajudar os países em desenvolvimento particularmente vulneráveis foram propostos pela COP 27 e a CMA 4, incluindo a mobilização de recursos novos e adicionais, e fontes, fundos, processos e iniciativas dentro e fora da Convenção e do Acordo de Paris. O Comitê de Transição, do qual o Brasil faz parte desde o 2o semestre de 2023, se reuniu 3 vezes e organizou 4 oficinas de trabalho, um diálogo e um encontro ministerial. Ele irá trazer recomendações para consideração e adoção.</p> <p>A maioria das definições importantes do Comitê ainda serão tomadas (desde fontes de recursos e arranjos institucionais até a sede ou o nome do Fundo).</p> <p>A definição da existências de perdas e danos em si foi um grande avanço, apesar de ainda haver muitas indefinições e interpretações diferentes sobre o que isso significa.</p>	<p>Qualquer avanço nas definições dos novos acordos de financiamento devem ser considerados positivos, desde que em direção a recursos novos e adicionais.</p>

COMPROMISSOS E DECLARAÇÕES POLÍTICAS – Propostas da Presidência da COP 28 e propostas não vinculantes		
Acelerar a Transição energética	<p>Compromisso de triplicar a capacidade global de energias renováveis (atingindo 11 TW até 2030) e duplicar da taxa global média anual de melhorias na eficiência energética entre agora e 2030 (atingindo 4%), apostando em: aumento da disponibilidade de energia limpa, em maior eficiência energética, eliminação progressiva do carvão, fim dos subsídios aos combustíveis fósseis “inabaláveis” (isto é, aqueles queimados sem a utilização de tecnologias para capturar as emissões), melhoria nas tecnologias de transmissão e armazenamento, entre outros.</p> <p>Espera-se a adesão de um bom número de países ao compromisso, já que ele reconhece diferenças de circunstâncias entre os países e necessidade de financiamento. Países produtores de carvão e petróleo tendem a ser mais reticentes em assinar.</p>	<p>Metas nacionais ou NDCs revistas com metas atualizadas em matéria de redução de uso de combustíveis fósseis, aumento do uso de energias renováveis e de eficiência energética.</p> <p>Pacotes de financiamento e de assistência técnica.</p> <p>Aceleração de prazos, e</p> <p>Políticas, projetos ou apoio a programas internacionais ou bilaterais.</p>
Compromisso de Refrigeração Global	É mais um apelo que um compromisso efetivo com obrigações claras. Ele deve ser assinado.	
Declaração sobre hidrogênio	<p>Cooperação internacional no reconhecimento dos regimes de certificação do hidrogênio e derivados.</p> <p>O Brasil é um potencial produtor de Hidrogênio Verde. A tendência é não se submeter a regimes que possam exigir qualquer tipo de controle sobre o produto (por exemplo: certificar que a matéria-prima não seja oriunda de áreas desmatadas).</p>	Brasil assina a declaração e toma os devidos cuidados para que a produção de hidrogênio verde não seja mais um vetor de desmatamento e ocupação de terras da agricultura familiar e da produção de alimentos.
Declaração dos Emirados sobre Sistemas Alimentares, Agricultura e Ação Climática da COP 28	<p>Existe uma proposta da FAO para uma Declaração de líderes sobre Sistemas Alimentares, Agricultura e Ação Climática que recomenda maior convergência entre sistemas e estratégias agrícolas governamentais e as NDCs, as políticas de adaptação e planos para conservação da biodiversidade.</p> <p>A ideia é que os Ministros presentes convoquem um painel de alto nível para discutir os caminhos, modalidades e oportunidades abertas por esta declaração e chamem outros setores da sociedade a participarem.</p> <p>O Brasil certamente estará dividido entre as oportunidades ambientais e de implementação do Programa de Agricultura de Baixo Carbono e os interesses do Agronegócio que resiste a mudar seu modo de produção.</p>	Brasil adere à Declaração e promove a ABC, a agroecologia e a agricultura familiar e camponesa, dentro e fora do país.



ANEXO 2.

DICAS PRÁTICAS PARA PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL NA COP

- Defina seus temas de interesse e identifique na agenda da Conferência quando e onde serão tratados. Tenha a sua agenda do dia com você – o wifi, melhor nos hotéis, está sempre sobrecarregado no local onde a COP acontece. Identifique os painéis eletrônicos onde as informações de eventos são disponibilizadas para checar se não houve modificações de local ou horário do evento que você quer acompanhar.
- Cuidado para não ficar pulando de uma reunião para outra ou só conversando nos corredores, a não ser que você tenha ido à COP prioritariamente para fazer contatos. Se este for o caso, seja pró-ativo e procure os locais mais prováveis onde podem estar as pessoas com quem você quer se conectar, por exemplo – um evento organizado pela instituição à qual estas pessoas pertençam.
- Se articule com parceiros para cobrir assuntos complementares e tenha uma estratégia para compartilhar informações com eles. Trabalhar em equipe com grupos de parceiros que tenham interesses afinados com os seus, mesmo que em áreas distintas, ajuda bastante a ter uma visão de conjunto sobre o que está acontecendo.
- Tenha reuniões diárias fixas com este grupo para avaliar avanços e definir estratégias de intervenção e pressão em torno de resultados previamente identificados – se não der para ir a uma reunião, avise que não participará e pegue os resultados com os colegas. Contribua sempre com falas curtas, estruturadas, objetivas e propositivas – o tempo é curto e sempre tem muitos assuntos a serem tratados.
- Se quiser se informar sobre o andamento das negociações oficiais, há reuniões todas as manhãs dos atores sociais (você ouvirá os nomes “stakeholders” e “major groups”) onde as informações são passadas e estratégias de intervenção são definidas. A tradução para várias línguas são feitas de formas voluntária, caso possa ajudar, seja voluntário/a!

- O Itamaraty irá realizar algumas reuniões com todos os membros da Delegação. São em geral muito informativas se você souber ler por trás dos discursos. Se não souber ainda, veja o que seus parceiros com mais experiência tem a dizer e vá aprendendo. Reuniões com nossos diplomatas são bons momentos para pressionar por posições mais ousadas e para, junto com eles, identificar os países que estão fazendo a agenda retroceder, para articular para que sejam pressionados também.
- O Brasil e a Amazônia são sempre temas chaves na luta contra a Mudança Climática, agora nem todos os que se interessam estão bem-intencionados: lembre-se de identificar muito bem seus interlocutores antes de convidá-los para uma reunião de estratégia ou um protesto (sempre pacífico, por favor!).
- A ONU tem uma série de línguas oficiais: o português não é uma delas! Há tradução na maioria dos eventos paralelos, mas nem sempre para o português. A Sociedade Civil busca, de forma solidária, ajudar os que não falam inglês, mas nem sempre é possível.
- Não tenha vergonha do seu inglês “macarrônico” – destrave a língua e fale! as pessoas não vão ligar para o seu sotaque, e sim para o conteúdo, para o que você tem a dizer. Antes de sair do Brasil, faça um pequeno glossário com as palavras que você acha que vai precisar e acrescente as novas palavras aprendidas assim que as ouvir.
- Tenha um bom mapa dos locais ou identifique onde estão os mapas providenciados pela organização do evento e aprenda a interpretá-los. Leve em conta os tempos de deslocamentos quando marcar reuniões. O recurso de compartilhar localização pelo Whatsapp ajuda bastante a chegar até locais ou pessoas.

- Por fim: há sempre filas enormes para refeições e lanches – tenha uma estratégia de alimentação e não descuide da hidratação: a COP é uma maratona de 15 dias no deserto.
- E por último: só aceite pegar papéis, livros e folhetos que você vai realmente ler – malas são pequenas e papéis são pesados. Evite passar suas últimas horas em Dubai separando o que vai pro lixo. ;-)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LACLIMA – Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action / Observatório de Paris – RUMO À COP. GUIA DE BOLSO PARA ENTENDER AS NEGOCIAÇÕES DO CLIMA. EDIÇÃO COP 28.. 2023. 48p

United Nations – Climate Change Conference – <https://unfccc.int/cop28>. Site completo com os documentos, processos, reuniões, agendas e outras informações dos conteúdos em debate na COP 28. 550



FUNDAÇÃO
REDE
BRASIL SUSTENTÁVEL